

Discutindo a internacionalização das universidades latino-americanas e caribenhas: uma análise da Reunião de Acompanhamento da Conferência Regional de Educação Superior, CRES+5

Discussing the internationalization of Latin American and Caribbean universities: an analysis of the Follow-up Meeting of the Regional Conference on Higher Education, CRES+5

Márcia Monalisa de Moraes Sousa Garcia¹
Alcides Fernando Gussi²

Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar as propostas para a internacionalização das universidades apresentadas durante a reunião de acompanhamento da Conferência Regional de Educação Superior, CRES+5, realizada na cidade de Brasília, de 13 a 15 de março de 2024, buscando identificar as tendências de políticas propostas e elementos que contribuam para se pensar a internacionalização da educação superior na América Latina e Caribe. Trata-se de análises derivadas de uma experiência de campo realizada para o desenvolvimento de tese desenvolvida no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Educação, na área de Antropologia da Educação, sobre o processo de internacionalização de uma universidade pública, localizada no estado do Ceará, nordeste do Brasil. Para tanto, amparamos no referencial teórico-metodológico da análise situacional, desenvolvida pelo antropólogo Max Gluckman (1987). A partir do que foi vivenciado durante a CRES+5, concluímos que o pensar um paradigma outro de internacionalização, voltado à integração dos povos latino-americanos, passa, antes de tudo, pelo olhar para questões nacionais, sendo necessário desenvolver políticas que reduzam assimetrias e desigualdades dentro do nosso próprio país, em nossas instituições de ensino e em nossos programas de graduação e pós-graduação.

Palavras-chave: Educação Superior; Política Pública; Internacionalização; (De)Colonialidade.

Abstract:

This article aims to analyze the proposals for the internationalization of universities presented during the follow-up meeting of the Regional Conference on Higher Education, CRES+5, held in Brasília from March 13 to 15, 2024, seeking to identify proposed policy trends and elements that contribute to thinking about the internationalization of higher education in Latin America and the Caribbean. These analyses stem from fieldwork conducted for the development of a thesis within a Postgraduate Program in Education, in the field of Anthropology of Education, on the internationalization process of a public university located in the state of Ceará, northeastern Brazil. For this purpose, we rely on the methodological framework of situational analysis, developed by anthropologist Max Gluckman (1987). Based on what was experienced during CRES+5, we conclude that envisioning another paradigm of internationalization, focused on the integration of Latin American peoples, requires, first and foremost, a focus on national issues, necessitating the development of policies that reduce asymmetries and

¹Doutoranda em Educação e Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6302850954500210>. Link ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5799-733X>. E-mail: marciamonalisa@yahoo.com.br.

²Doutor em Educação, Mestre em Antropologia e graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFC) e ao Programa da Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará (PPGAP/UFC). Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7306722117822350>. Link ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5510-5286> E-mail: alcidesfernandogussi@gmail.com.

inequalities within our own country, in our educational institutions, and in our undergraduate and graduate programs.

Keywords High Education; Public Policies; Internacionalization; (De)coloniality.

Introdução

“A Declaração é uma apresentação aos governos das ideias construídas na CRES+5 para elaboração de políticas públicas” (Rui Opperman, diretor de Relações Internacionais da CAPES).

As políticas para a educação superior são elaboradas em múltiplos níveis e escalas, envolvendo recomendações de organismos internacionais, políticas públicas propostas pelo governo federal e políticas institucionais. Para validar essa afirmação, iniciamos este artigo utilizando como epígrafe o registro de uma fala do diretor de Relações Internacionais da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante a plenária de encerramento da reunião de acompanhamento da Conferência Regional de Educação Superior, CRES+5³, realizada na cidade de Brasília de 13 a 15 de março de 2024.

A CRES+5 foi uma reunião de acompanhamento da Conferência Regional de Educação Superior ocorrida em 2018 na cidade de Córdoba, na Argentina, e teve como objetivo promover, por meio de um processo participativo e coletivo, uma avaliação das metas definidas para a educação superior para o período 2018-2028 durante a CRES 2018, bem como destacar os avanços e desafios da educação superior na região, sobretudo após a pandemia da COVID-19.

O evento foi organizado pelo Instituto Internacional da Unesco para a Educação Superior na América Latina e Caribe (Unesco/IESALC), pelo Espaço Latinoamericano e Caribenho de Educação Superior (Enlaces) e pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC), mais especificamente pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES), sob coordenação do diretor de Relações Internacionais, Prof. Rui Opperman⁴, quem

³ Como atividades preparatórias para a CRES+5, foram organizadas diferentes instâncias de debate aberto e participativo, como parte do processo de construção metodológica do evento. Assim, ao longo de 2023, foram realizadas reuniões presenciais em Córdoba (Argentina), Puebla (México), Assunção (Paraguai) e Havana (Cuba), além de consultas públicas virtuais preparatórias, a fim de debater e coletar informações sobre os 12 eixos temáticos da CRES+5 e contribuir para a realização da Conferência.

⁴ O Prof. Rui Opperman é Professor Titular da UFRGS desde 1983 e atua como professor e orientador do Programa de Pós-Graduação em Odontologia - Periodontia. Foi reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de 2016 a 2020. Coordenou a participação das Instituições Públicas Brasileiras de Educação Superior na Conferência Regional de Educação Superior, CRES-2018. É membro do Espaço Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior. Participa da Frente Nacional dos Reitores Eleitos e Não Empossados e de redes regionais em defesa da Autonomia Universitária e Liberdade de Cátedra.

articulou os doze eixos temáticos⁵ da Conferência (CAPES, 2023).

Participaram da CRES+5 quase duas mil pessoas dentre ministros de estado, reitores, gestores universitários, docentes, estudantes, técnicos administrativos, além de redes de ensino superior, associações, centros de pesquisa, sindicatos, representantes de organizações governamentais e não governamentais e interessados na educação superior, pessoas diversas de mais de 20 países da América Latina e do Caribe.

Assim, inspirada na antropóloga Mary Douglas (1998), que se dedicou a refletir sobre como as instituições pensam e tomam decisões, saí do Ceará para Brasília, o centro do poder do Brasil, a fim de participar, como técnico-administrativa da Universidade Federal do Ceará (UFC) e pesquisadora, desse evento de ordem internacional, realizado pela primeira vez em nosso país, na busca de compreender como instituições como a Unesco e o MEC “pensam” a internacionalização da educação superior, meu objeto de estudo no âmbito do Doutorado em Educação⁶.

As questões trazidas aqui neste artigo são, portanto, análises derivadas de observações de campo realizadas durante a CRES+5 como parte de uma pesquisa na interface entre a Antropologia e a Educação⁷, que tem como objeto compreender, a partir da análise de situações sociais (Gluckman, 1987), como se dá o processo de internacionalização da Universidade Federal do Ceará, localizada na região nordeste do Brasil.

No caso deste artigo, o objetivo geral é apresentar as propostas para a

⁵ Os doze eixos temáticos da CRES+5 foram: eixo 1 – Ensino superior como parte do sistema educacional na América Latina; eixo 2 – Ensino superior, diversidade cultural e interculturalidade na América Latina; eixo 3 – Ensino superior, internacionalização e integração regional da América Latina e do Caribe; eixo 4 – O papel do ensino superior diante dos desafios sociais da América Latina e do Caribe; eixo 5 – Pesquisa científica e tecnológica e inovação como motor do desenvolvimento humano, social e econômico para a América Latina e o Caribe; eixo 6 – O papel estratégico do ensino superior no desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe; eixo 7 – Trabalho digno e condições de vida dos atores do ensino superior; eixo 8 – O impacto da COVID-19 no ensino superior; eixo 9 – Inclusão, diversidade e papel das mulheres no ensino superior; eixo 10 – Financiamento e governação; eixo 11 – A autonomia das instituições de ensino superior; e eixo 12 – O futuro do ensino superior na América Latina e no Caribe.

⁶ Trata-se de análises iniciais resultantes de uma pesquisa de doutorado, no eixo de Antropologia e Educação, que está em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, onde também sou servidora técnico-administrativa. A pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória institucional da política de internacionalização da UFC, cujo projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética, conforme Parecer nº 6.888.915.

⁷ O diálogo entre Antropologia e Educação é um campo ainda em processo de constituição, segundo Gusmão (1997). Esse diálogo nasce no movimento de tensão e compreensão da realidade vivida e experimentada de outras sociedades e da própria cultura, uma vez que ambas são devedoras científicas do processo de imposição de si ao outro, posto pelo desenvolvimento do mundo colonial e do colonialismo ocidental, cuja meta visava suprimir toda e qualquer alteridade, em nome de um modelo de vida cultural e pedagógico de tipo etnocêntrico, autocentrado e homogeneizador. Para a autora, “o diálogo entre antropologia e educação revela como ponto comum a cultura, entendida como instrumento necessário para o homem viver a vida, distinguir os mundos da natureza e da cultura e, ainda, como lugar a partir do qual o homem constrói um saber que envolve processos de socialização e aprendizagem”.

internacionalização das universidades discutidas durante a reunião de acompanhamento da Conferência Regional de Educação Superior, CRES+5. Especificamente, busca-se: i) descrever os principais eventos da CRES+5, apresentando os discursos e tendências de políticas para a internacionalização propostas na CRES+5 e ii) destacar elementos identificados nessa experiência de campo que podem contribuir para se pensar políticas de internacionalização para América Latina e Caribe e mais especificamente para o Brasil.

Considerando que as políticas de internacionalização são elaboradas em múltiplos níveis e escalas, este trabalho contribui não somente para a análise de processos de formulação de políticas públicas para o ensino superior, mas sobretudo para os estudos sobre os mundos das elites políticas, administrativas, universitárias e corporativas, o que Nader (2020, p. 9) chamou de “estudar os de cima”.

Para apresentação das análises sobre a CRES+5, dividimos este artigo em três partes, além desta introdução. Na primeira, apresentamos a perspectiva teórica-metodológica utilizada para fundamentar as análises sobre o evento; na segunda, apresentamos as principais discussões propostas na CRES+5, e, por fim, as considerações finais.

1. Referencial teórico-metodológico

Neste trabalho, dedicamo-nos a traduzir e interpretar o que foi visto e ouvido, como apontou Cardoso de Oliveira (1996), durante os três dias da CRES+5.

Amparamo-nos no método da análise de situações sociais proposto pelo antropólogo Max Gluckman (1987), um antropólogo sul-africano⁸, que fez uma descrição densa de acontecimentos durante a inauguração de uma ponte na Zululândia na África do Sul.

A análise situacional tem por premissa entender como um conjunto de significados são transmitidos e desenvolvidos e como a ação humana é mediada por um projeto cultural no contexto das complexidades dos processos sociais. Na concepção de Gluckman (1987, p. 228), “a partir das situações sociais e de suas interrelações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade”.

Desse modo, essa perspectiva teórico-metodológica possibilitou compreender como é

⁸ Gluckman (1987) desenvolveu, juntamente com outros antropólogos da Escola de Manchester, uma perspectiva metodológica que se constitui em uma alternativa aos impasses teórico-metodológicos do enfoque estrutural-funcionalista, que ignorava os processos de mudança social ou atribuíam a eles um papel desintegrador. Ao fazer uma crítica ao colonialismo e ao modelo clássico da antropologia social britânica, Gluckman (1987) desenvolveu instrumentais de pesquisa que possibilitam captar o conflito, a contradição, a variação e o fluxo social, sendo relevante para a compreensão sobre processos coloniais.

instituída a internacionalização a partir da análise de discursos⁹ de distintos sujeitos que dão voz, nesse evento, a instituições, como a Unesco e o MEC, responsáveis por propor, formular e implementar políticas para a educação superior.

A participação na CRES+5 constituiu-se em uma oportunidade para se desvelar como os organismos internacionais e o governo federal compreendem e instituem a internacionalização da educação superior, ampliando a compreensão sobre a cultura do poder e das instituições a partir dos de cima. (Nader, 2020).

Assim, a partir da observação participante, foram registradas no diário de campo informações coletadas nos principais eventos da Conferência, conforme quadro 1:

QUADRO 1 – Eventos analisados

Data	Evento
13/03/2024 (manhã)	Plenária de Abertura
13/03/2024 (tarde)	Eixo 3 – Educação Superior, Internacionalização e Integração Regional na América Latina e Caribe.
14/03/2024 (manhã)	Conferência “A diversidade étnico-racial e a educação superior no contexto de integração dos países da América Latina e do Caribe”, da Prof ^a Nilma Lino Gomes.
15/03/2024 (tarde)	Conferência “Universidade hoje no contexto da América Latina”, do Prof. José Geraldo de Souza Júnior.
15/03/2024 (tarde)	Plenária de Encerramento.

Fonte: Elaboração própria.

Além disso, foram analisados documentos produzidos sobre e a partir da CRES+5, como notícias em páginas eletrônicas da Unesco, da CAPES e da Conferência, documentos resultantes no Grupo de Trabalho do eixo 3, bem como a Declaração Final da CRES+5, o que viabilizou um acerto mais aprofundado sobre um conjunto de ideias sobre a educação superior e as políticas de internacionalização.

⁹ Os discursos têm lugar central neste trabalho, pois constituem-se, no entendimento de Austin (1990), em atos performativos em que a própria enunciação já se constitui em uma realização.

2. Discursos e tendências de políticas de internacionalização nos principais eventos da CRES+5

Nesta seção, apresentamos os discursos e tendências de políticas de internacionalização observados nos principais eventos da CRES+5. Para tanto, dividimos a seção em duas partes. No item 3.1, intitulado “Discursos sobre a educação superior, políticas públicas e a internacionalização das universidades na CRES+5”, apresentamos as principais discussões sobre a educação superior e políticas públicas e como elas perpassam a internacionalização. No item 3.2, intitulado “Discussões propostas para a internacionalização das universidades no eixo 3 - “Educação Superior, internacionalização e integração regional da América Latina e Caribe” da CRES+5”, apresentamos as discussões específicas do eixo 3, voltado às políticas de internacionalização das universidades.

2.1 Discursos sobre a educação superior, políticas públicas e a internacionalização das universidades na CRES+5

Na manhã do dia 13 de março de 2024, compuseram a mesa de abertura da CRES+5 o ministro da Educação, Camilo Santana; a ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos; o ministro da educação de Cuba, Walter Baluja García; integrantes do MEC, como a Secretária Executiva, Isolda Cela, e a Secretária de Educação Superior (SEsu), Denise Pires de Carvalho; representantes de organismos internacionais como a presidente da Unesco no Brasil, Marlova Noleto, o presidente da Unesco IESALC, Francesc Pedró, e o presidente do Enlaces, Oscar Domingues; o presidente da Organização Continental Latinoamericana e Caribenha de Estudantes (OCLAE), dentre outros representantes institucionais.

Seguindo a ritualística de eventos oficiais no Brasil, foi tocado o hino nacional em ritmo de chorinho pelo Clube do Choro de Brasília. Em seguida, o cerimonialista chamou para compor a mesa de abertura os presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Associação Nacional da Pós-Graduação (ANPG) e a presidente da Andifes, Márcia Abrahão. Apesar do que parece ter sido uma falha técnica da equipe do cerimonial, a inclusão desses atores à mesa tem um valor simbólico, se considerarmos a retomada de uma normalidade democrática e de participação social a partir de 2023 no Governo Lula (2023-2027), após os quatro anos de autoritarismo institucional e perseguição às universidades vivenciado no Governo Bolsonaro de 2019 a 2022 (Leher, 2019).

Após o grupo tocar “Aquarela do Brasil”, de João Gilberto, e “Isto aqui, o que é?”, de

Ari Barroso, foram apresentados um vídeo institucional sobre a CRES+5 e um vídeo da Diretora Geral Adjunta de Educação da Unesco, Estefana Gianini, dirigido ao presidente Lula e aos participantes da Conferência. Em seu discurso, ela defendeu quatro pontos principais da agenda da Unesco: 1) o direito universal à educação superior; 2) a garantia da qualidade da educação superior; 3) a internacionalização da educação superior para fortalecer a compreensão regional assim como a integração regional e 4) a transformação da educação superior, adaptando-a aos desafios atuais e futuros.

Em seguida, iniciaram-se as falas dos representantes responsáveis pela organização do evento na seguinte ordem de precedência: presidente do Enlaces, Oscar Domingues, diretora da Unesco no Brasil, Marlova Noleto, ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos e ministro da Educação, Camilo Santana.

Em seu discurso, Oscar Domingues, colombiano, diretor executivo da Associação Colombiana de Universidades (ASCUN) e presidente do Enlaces¹⁰, contou a história da criação do Enlaces e seus objetivos, reconheceu a educação como um direito humano fundamental. Para ele, a integração regional é essencial para enfrentar os desafios globais e regionais do século XXI. “Inclusão, diversidade e equidade devem orientar as políticas de educação superior”, disse ele.

A presidente da Unesco no Brasil, Marlova Noleto, uruguaiana, assistente social e a primeira mulher a se tornar diretora da Unesco, compreende que “a educação tem um papel fundamental para a democracia”, é “pedra angular e motor de sociedades mais justas, resilientes e democráticas”.

A terceira fala foi da ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, engenheira e presidente do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), que ressaltou a ciência e tecnologia como propulsores da redução das desigualdades diante da acirrada disputa pelo domínio tecnológico. Para ela, a tecnologia deve estar à serviço dos interesses nacionais. “A cooperação deve ser utilizada para enfrentar os grandes desafios nacionais e regionais”, disse ela.

Por último, falou o ministro da Educação do Brasil, Camilo Santana. Inicialmente, o ministro cumprimentou as autoridades presentes, conforme normatiza o protocolo. Depois, pediu uma salva de palma aos professores, às mulheres, cumprimentou os povos indígenas

¹⁰ O Enlaces, criado em 2008, tem como objetivo promover ações que integrem a região, criar uma rede de conhecimento e experiências, diversidade cultural e acadêmica.

presentes e saudou os estudantes da América Latina e Caribe e agradeceu o empenho de todos que colaboraram na organização da CRES+5¹¹.

Em seu discurso, Camilo lembrou que a primeira universidade brasileira foi criada tardiamente em relação aos demais países latino-americanos, em 1920. Para o ministro, “a ideia de universidade sempre esteve, para nós, ligada à ideia de independência, pois na divisão internacional do trabalho o lugar que guardavam para nós é de uma terra sem valor agregado e, conseqüentemente, uma terra de desigualdades estruturais”. Ressaltou uma característica comum à região latino-americana: a escravidão. E, diante dos desafios atuais, ressaltou que o MEC está engajado na luta pela equidade de acesso à educação, sem distinção de gênero, origem, raça, etnia ou de região.

Ao afirmar que o mundo ficou mais difícil nos últimos 5 anos após a pandemia da Covid-19, disse que “a única resposta possível para os problemas do mundo contemporâneo é o aprofundamento da nossa integração regional”. Segundo o ministro, “para o Brasil, integração regional não é opção, é imperativo e um dos componentes da integração é a mobilidade acadêmica”. Nesse momento, ele anunciou a criação de dois novos programas com foco na internacionalização da educação, na igualdade de gênero e diversidade entre os países da América Latina e do Caribe, com investimento total de R\$ 122 milhões nos próximos 8 anos.

O primeiro programa trata-se de uma parceria com a Associação de Universidades do Grupo de Montevideu (AUGM), para apoiar projetos conjuntos de pesquisa. Nesse programa serão investidos R\$ 102 milhões, ao longo de oito anos, em instituições que fazem parte da AUGM, grupo que reúne 41 universidades do Brasil, da Argentina, da Bolívia, do Chile, do Uruguai e do Paraguai; o outro programa, chamado “Move La América”, terá investimento de R\$ 20 milhões e oferecerá 500 bolsas de mestrado e doutorado para estudantes que queiram fazer estágios em instituições federais brasileiras, com foco na internacionalização educacional.

De acordo com o ministro, “internacionalização começa em casa”, em seguida complementou dizendo que “queremos que a implementação desses dois programas seja marcada pelo princípio da cooperação solidária em que todas as partes se respeitam de maneira horizontal”. Isto porque os discursos e políticas de internacionalização são marcados por uma tensão entre a cooperação solidária, conforme preconiza a Unesco, e a mercantilização da educação superior, conforme orienta a Organização Mundial do Comércio (OMC).

¹¹ Importante destacar que o discurso do ministro se dá em meio à tensão entre o MEC e os trabalhadores da educação que entraram em greve no mês de março por reajuste salarial e no plano de carreiras.

A criação desses programas aponta para uma mudança de sentido nas políticas de internacionalização fomentadas pela CAPES, pois, nos últimos anos, o que se viu foram programas, como o Ciência sem Fronteiras (CsF) e o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), cuja mobilidade e parcerias eram predominantemente orientados para países do Norte Global, como mostraram Garcia e Gussi (2021).

Por fim, o ministro concluiu dizendo que:

o conhecimento é bem valioso, mas só cumpre seu papel para o bem viver da nossa sociedade se as instituições e as políticas públicas permitirem que o conhecimento não se torne ele mesmo produtor de novas desigualdades. Daí a importância de democratização dos espaços de produção e de reprodução do conhecimento e do seu papel central como bem público na garantia dos direitos humanos e do exercício da cidadania. (Camilo Santana, na plenária de abertura da CRES+5)

Após a fala do ministro, foi encerrada a plenária de abertura da CRES+5, dando prosseguimento no período da tarde às discussões dos eixos temáticos¹².

Nesse primeiro momento da Conferência, observa-se que os discursos reiteram a educação superior como um bem público e um direito universal, reforçam a busca pela inclusão, pela diversidade e pela equidade nas políticas públicas e a democracia como fundamental para a garantia de direitos e de acesso à educação. A internacionalização da educação superior aparece como uma ferramenta essencial para a promoção da integração regional.

No dia 14 de março de 2024, a CRES+5 começou com a Conferência da Prof^a Nilma Lino Gomes¹³, intitulada “A diversidade étnico-racial e a educação superior no contexto de integração dos países da América Latina e do Caribe”. A Prof^a Nilma iniciou sua fala, trazendo reflexões sobre a composição das instituições de ensino superior que, segundo ela, não refletem a diversidade étnico-racial da nossa região. Apesar do aumento de políticas públicas que promoveram a inclusão e a democratização do acesso nos últimos anos, nossas instituições de ensino superior (IES) não dispõem de normas e medidas que ajudem a pensar como podem se adaptar à inclusão de pessoas diversas étnico e racialmente.

Outra reflexão foi sobre a necessidade de nós, povos latino-americanos, superarmos a ignorância sobre nós mesmos e nossas realidades. Segundo ela, “às vezes circulamos mais para fora da América Latina do que propriamente dentro da nossa região e isso afeta nossa educação superior e as políticas públicas em nossa região”. A professora criticou o fato de nossos currículos, nossas categorias de análise, nossas metodologias de pesquisa, os conceitos com os

¹² As discussões do eixo 3, intitulado “Educação Superior, internacionalização e integração regional na América Latina e Caribe” serão apresentadas no item 3.2.

¹³ Ex-ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública, a Unilab, localizada na cidade de Redenção, no Ceará.

quais interpretamos a realidade latino-americana e do mundo, as concepções de desenvolvimento serem inspirados em realidades europeias e estadunidenses em vez de focarem em nossas histórias e realidades locais.

Em seu discurso, a professora fez menção ao Grupo Modernidade/Colonialidade¹⁴ que tem sido estudado pelas Ciências Sociais e Humanas da América Latina, que tem contribuído para compreender dinâmicas de poder e desigualdade na nossa região. Nesse bojo, a Prof^a Nilma ressaltou a necessidade de termos como referência produções locais de intelectuais, de mestres (as), de saberes tradicionais, das comunidades indígenas e afro-latino-americanas e caribenhas diversas, que podem nos ajudar a indagar se a integração pela qual tanto lutamos tem considerado os conhecimentos, os valores, as visões de mundo, as sabedorias socioambientais das mais diversas comunidades que, na sua maioria, são exploradas desde a empreitada colonial.

Sobre essa questão, Fals Borda (1971), em sua obra “Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual”, já alertava que para seguir um novo rumo e marcar um novo passo no desenvolvimento da América Latina era necessário primeiro, descartar nosso complexo de inferioridade; segundo criar grupos de referência dentro de nosso próprio meio, falando mais de nós mesmos e para nós mesmos; terceiro, trabalhar arduamente com nossos materiais e realidades, articulando nossas respostas com fórmulas, conceitos e marcos de referência daqui mesmo.

A professora tensionou o debate com alguns questionamentos muito pertinentes para pensarmos os fundamentos da integração proposta:

Será que a educação superior, em um contexto de integração regional, dialoga, se renova com os saberes desses mestres e dessas mestras? Será que esses coletivos e esses sujeitos fazem parte de nossas instituições de educação superior como docentes, discentes, como assessores, interferem em nossas perspectivas de gestão, chegam a ser reitores (as), ministros (as) da educação?” Será que nossa integração, que acontece nas esferas macro dos nossos governos e ministérios, inclui a preocupação com essas ausências produzidas nas tensas relações de poder? Porque quando falamos em integração e não integração estamos falando de relações de poder.
(Prof^a Nilma Lino Gomes, Conferência da CRES+5).

Para ela, não basta dizer “vamos integrar”. É necessário compreender de que integração estamos falando, pois essa integração precisa ser, em sua concepção, emancipatória, nos termos de Freire (2020).

¹⁴ O Grupo Modernidade/Colonialidade foi criado no final de 1990 por estudiosos, em sua maioria latino-americanos, a partir de uma ruptura com os estudos subalternos –latino-americanos e indianos –, culturais e pós-coloniais. O coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente através da noção de “giro decolonial” (Ballestrin, 2013).

Na perspectiva da professora, a integração latino-americana e caribenha deverá considerar a histórica diversidade (regional, cultural, política, econômica, étnica, racial, de gênero etc.) e as formas diferenciadas como essas diversidades acontecem nos diferentes países da nossa região, sendo necessário repensar nossas concepções de ciência.

Nilma Lino alertou que é necessário estar em alerta sobre o uso político e epistemológico do termo “integração” por grupos conservadores, que usurpam a ideia na busca de dissolver os laços de solidariedade e promover o individualismo, o fundamentalismo de mercado, a heteronomia do poder político, além de submeter os interesses nacionais aos estrangeiros, resultando em políticas de austeridade fiscal.

Para promover a integração regional, a professora propõe que devemos nos conhecer mais, por meio da construção de formas de intercâmbio acadêmico e cultural, que envolvam discentes, docentes, movimentos sociais e culturais; de ações de internacionalização; de estágios discentes e docentes entre nossas universidades para que possamos conhecer melhor nossas realidades. Contudo, ressaltou que nada disso se faz sem posicionamentos políticos e sem orçamento digno para as universidades.

A professora ponderou que a integração emancipatória não pode ser pensada sem considerar a diversidade latino-americana e caribenha, sendo necessário construir políticas em prol da inclusão, da democratização e da emancipação desses coletivos. Na oportunidade, deu como exemplo políticas públicas criadas pelo governo federal a partir de 2022, a exemplo do Programa “Caminhos Amefricanos”¹⁵, que tem como objetivo a cooperação Sul-Sul.

Por fim, reforçou que para que essas políticas se concretizem é necessária a manutenção do Estado Democrático de Direito, a superação de preconceitos, o compromisso com a solidariedade e com a paz.

Para além da proposição de políticas que considerem as diversidades dos nossos povos, a professora trouxe questões pertinentes para pensarmos as estruturas das instituições e os processos de institucionalização de políticas. A partir da palestra de Nilma Lino, trazemos a seguinte reflexão: estão nossas universidades preparadas, política e epistemologicamente, para implementar políticas que, de alguma forma, mexem naquilo que nos é mais profundamente enraizado, como o racismo, patriarcalismo, machismo, hierarquias de poder?

¹⁵ O Programa Amefricanos é um programa de intercâmbio Sul-Sul, criado em 2023 pela CAPES em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, e visa promover intercâmbios para o fortalecimento de uma educação antirracista, a partir da troca de experiências, conhecimentos e políticas públicas em países do sul global para docentes e estudantes de licenciatura (MEC, 2023).

O Prof. José Geraldo de Sousa Júnior¹⁶, durante conferência intitulada “Universidade hoje no contexto da América Latina”, realizada no dia 15 de março de 2024 e mediada pela Prof^a Márcia Abrahão, reitora da Universidade de Brasília e presidente da Andifes, trouxe reflexões que coadunam com as ideias da Prof^a Nilma Lino Gomes ao propor uma universidade emancipatória (Freire, 2020). Sua maior crítica foi às marcas do colonialismo que perdura em nossa região por meio da colonialidade.

O professor fez referência a Achille Mbembe (2023) ao propor a descolonização das universidades. Para Mbembe (2023, p. 25), nossas universidades estão ocidentalizadas, pois “são exemplificações locais de um modelo acadêmico baseado em um cânone epistêmico eurocêntrico”, isto é, atribui a verdade somente à forma ocidental de produção de conhecimento, ignorando outras tradições epistêmicas e retratando o colonialismo como uma forma normal de relação entre seres humanos e não como um sistema de exploração e de opressão.

Tal qual a professora Nilma Lino Gomes, o professor citou também Aníbal Quijano (2005, p. 138) que, em seu artigo intitulado “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina”, aponta os aspectos fundantes do capitalismo e do eurocentrismo, ao afirmar que “a dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista”.

O professor fez referência à inclusão da educação na categoria de serviço pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, tal qual uma mercadoria, e questionou: “Como manter a ideia de educação superior como bem público diante da mercantilização da educação superior?”.

Para superar as marcas do colonialismo, o Prof. José Geraldo propõe pensarmos “uma universidade emancipada, que se livre das injunções colonizadoras que alienaram o humano no passado colonial e que não podem se conformar, a alienação do pós-humano, no contexto neocolonial e neoliberal”. Para isso, defende a autonomia para escapar ao empreendedorismo que mercadoriza a educação superior.

Para finalizar a CRES+5, após a palestra do Prof. José Geraldo, houve uma homenagem ao Prof. Marco Antônio Rodrigues Dias¹⁷. Em seguida, ocorreu a leitura da Declaração Final

¹⁶ Prof. José Geraldo de Sousa Júnior é um jurista, pesquisador de temas relacionados aos direitos humanos e cidadania. Foi reitor da Universidade de Brasília (UnB) de 2008 a 2012.

¹⁷ Marco Antônio Dias é professor universitário e jornalista. Licenciado em Direito pela UFMG em 1964, foi diretor da Divisão de Ensino Superior da Unesco, de 1981 a 1999, e ocupou vários cargos na Universidade das Nações Unidas (UNU), de 2000 a 2009, sendo ressaltada sua bravura diante das perseguições ocorridas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985).

da CRES+5 realizada em português pela presidente da UNE e em espanhol pelo presidente da OCLAE, simbolizando a integração entre os povos latino-americanos. Por fim, houve uma apresentação cultural do Grupo Batalá, um grupo de percussão exclusivamente feminino.

Nesse momento, como em um ritual de consumação da proposta de integração regional discutida em todo o evento, o diretor de Relações Internacionais da CAPES, Prof. Rui Opperman, liderou os participantes em uma dança, ao som do batuque das percussionistas, como uma expressão de uma ação, um movimento, que transcende o poder de qualquer discurso.

Na próxima seção, apresentamos as discussões sobre internacionalização da educação superior realizadas no âmbito do eixo 3, intitulado “Educação Superior, internacionalização e integração regional da América Latina e Caribe”, ocorrido no dia 13 de maio de 2023.

2.2 Discussões propostas para a internacionalização das universidades no eixo 3 intitulado “Educação Superior, internacionalização e integração regional da América Latina e Caribe” da CRES+5

Na tarde do dia 13 de março de 2024, participei do eixo temático 318, voltado à internacionalização, em que foram discutidas propostas de políticas para a internacionalização das universidades latino-americanas e caribenhas

A mesa foi composta por um coordenador, professor Nicolas Maillard, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil), que conduziu as discussões, e por três palestrantes: Álvaro Rico, secretário executivo da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM, Uruguai); Miguel Ángel Machado Rojas, estudante e presidente da Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE, Cuba); Victor Moriñigo, membro do Espaço Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior (ENLACES, Argentina).

Durante o simpósio, o coordenador, Prof. Nicolas Maillard, dedicou dez minutos para apresentar o documento base do eixo 3; Em seguida, os convidados da mesa tiveram dez minutos cada para apresentar suas considerações e, depois, foi aberto o debate para que os participantes pudessem se manifestar sobre as propostas do eixo, consistindo em uma grande construção coletiva.

¹⁸ Esse eixo foi organizado pela Prof^a Diana Araujo Pereira, reitora da Universidade Federal de Integração Latinoamericana (UNILA), no Brasil; Maritza Rondón Rangel, reitora da Universidade Cooperativa da Colômbia (UCC), Nicolas Maillard, professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, y Telémaco Talavera Siles, coordenador geral de KAIRÓS-Educación, Nicaragua.

O professor Nicolas Maillard iniciou a apresentação abordando o conceito de internacionalização, afirmando que é necessário recontextualizar o conceito de internacionalização da América Latina, diferente dos conceitos clássicos de formação de um “cidadão global”.

Segundo ele, o conceito de internacionalização sempre foi orientado pelo Norte, por isso é necessário encontrar um conceito específico para a América Latina, que englobe a integração regional e a cooperação solidária entre instituições baseadas nas nossas diversidades.

Em seguida, apresentou uma síntese das recomendações para a internacionalização do ensino superior na região levantadas pelo Grupo de Trabalho do Eixo 3, a partir das consultas públicas realizadas nos dias 15 e 22 de novembro de 2023 e 15 de dezembro de 2023, que foram: a) o reconhecimento de estudos e diplomas: as universidades devem ter processos de melhores práticas para o reconhecimento de créditos estudados no estrangeiro; b) a criação de uma agência de conhecimento, que atue no nível de pesquisa, ensino e extensão para gestão do conhecimento na América Latina e no Caribe; c) a criação de um programa de mobilidade integrado, inclusivo e ampliado que tenha como principal objetivo a integração social, a inclusão e a promoção da cidadania regional; d) a ampliação do uso de tecnologia, do acesso à internet em banda larga e do intercâmbio virtual como forma de ampliar as oportunidades de mobilidade; e) a criação de um programa interinstitucional de pós-graduação dirigido a todos os trabalhadores da educação, com o objetivo de internacionalizar o dia a dia das universidades.

Posteriormente, os palestrantes teceram seus comentários sobre as recomendações apresentadas. Álvaro Rico, da AUGM, destacou o conceito de internacionalização ligado à ideia de integração regional, bem como a importância da cooperação Sul-Sul que se afasta da internacionalização comercial, privatizada e orientada por rankings.

Para ele, a internacionalização não se trata apenas de mobilidade. Uma internacionalização integrativa passa também pelo currículo, pela presença de professores visitantes, ou seja, um conjunto de ações relacionadas ao que ele chamou de “internacionalização integral”.

Álvaro Rico destacou, ainda, que as universidades podem criar as suas próprias políticas, procurando aprofundar as relações com os países latinoamericanos através de redes de cooperação. Ele citou o exemplo do Programa Latino-Americano de Intercâmbio Acadêmico (PILA), que visa promover o intercâmbio de estudantes de graduação/graduação e pós-graduação, bem como de acadêmicos, pesquisadores e gestores das universidades e instituições de ensino superior participantes, com o objetivo de enriquecer a sua formação acadêmica,

profissional e integral, bem como promover a internacionalização do ensino superior e reforçar os laços de cooperação (Pila, 2024).

Victor Moriñigo, do Espaço Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior (ENLACES, Argentina), após comentar cada recomendação, levantou a necessidade de desenvolver a internacionalização visando a paz e a democracia.

Miguél Ángel Machado Rojas, representante da Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE, Cuba), comentou o “roubo de cérebros” como um problema derivado da internacionalização.

Para evitar a fuga de cérebros, o presidente da OCLAE disse que os jovens precisam de oportunidades na nossa própria região. Além disso, destacou a importância de se desenvolver ações de internacionalização desde a graduação e não apenas na pós-graduação. Isto porque a maioria dos programas de internacionalização é voltado aos programas de pós-graduação, com exceção, no caso brasileiro, do Programa CsF, que de 101 mil bolsas, tinha como meta destinar 64 mil para alunos de graduação (CNPQ, 2022).

Após as considerações dos palestrantes, o debate foi aberto aos participantes. Assim, professores, pesquisadores, estudantes, técnicos administrativos de universidades de países como Brasil, Cuba, Peru, Colômbia, Uruguai, Chile, Panamá, etc puderam dar suas contribuições para a elaboração de políticas para a internacionalização da educação superior.

Dentre as principais propostas dos participantes destacam-se: a necessidade de incluir na discussão a cooperação com outros blocos regionais, desde que a cooperação seja solidária e emancipatória, envolvendo questões de interesse de ambas as partes, distanciando-se de uma internacionalização predatória que resulta em fuga de cérebros; a necessidade de as pessoas colaborarem com a sua instituição de origem no regresso à mobilidade; a inclusão dos trabalhadores do ensino técnico nas políticas de internacionalização; a necessidade de garantir não só o acesso às políticas, mas também a permanência e que as políticas não sejam políticas de governo, mas políticas de Estado; a necessidade de garantir condições estruturais aos estudantes migrantes.

Ao final, o coordenador, Prof. Nicolas Maillard respondeu a algumas questões propostas no debate, destacando a importância da inclusão dos técnicos em educação nas políticas de internacionalização e de outros segmentos universitários, tanto públicos quanto privados. Além disso, reconheceu a necessidade de acrescentar à declaração final do eixo a questão das políticas linguísticas e da cooperação com os países africanos e asiáticos.

Concluídas as discussões desta reunião do eixo temático, os organizadores passaram a incluir as propostas na elaboração da declaração final do CRES+5. Assim, ao encerramento do CRES+5, no dia 15 de março de 2024, cada coordenador de eixo temático leu as conclusões dos trabalhos de cada grupo para todos os participantes do evento.

No que diz respeito à internacionalização do ensino superior, a declaração final do CRES+5 contém o seguinte:

As políticas de internacionalização das universidades e os programas de mobilidade, em particular, são fundamentais para a integração dos países da região e os vínculos internacionais, para promover o intercâmbio de conhecimentos acadêmicos, científicos e tecnológicos e a construção de laços culturais profundos entre a América Latina e o Caribe. comunidades, adquirindo uma compreensão mais ampla da diversidade cultural que define a América Latina e o Caribe. Uma integração regional emancipatória deve ser promovida através de acordos interinstitucionais, mobilidade e intercâmbio de estudantes, docentes e técnico-administrativos e cientistas, programas de internacionalização no país e outras estratégias de internacionalização intrarregional e com outras regiões do mundo. Portanto, solicitamos que os nossos Estados ratifiquem tanto a Convenção Regional como a Convenção Mundial sobre o Reconhecimento de Qualificações de Ensino Superior. (CRES+5, 2024, p. 5).

Observa-se, no texto final da Declaração CRES+5, a citação das principais recomendações propostas no eixo temático, como uma integração regional emancipatória e não predatória, a inclusão de técnicos administrativos em educação nas políticas de internacionalização e a ampliação da cooperação com outros países do mundo, além dos países da América Latina e do Caribe.

2.3 Articulações para se pensar uma internacionalização integrativa: uma análise situacional da CRES+5

A partir da análise das discussões ocorridas na CRES+5, identificamos que a proposta de uma maior integração entre os países latino-americanos e caribenhos passa pelo entendimento sobre as marcas da colonialidade¹⁹ em nossa região, que se manifesta no campo universitário por meio da produção e reprodução do conhecimento, fundamentado, segundo Leal (2020), em um projeto cultural que tem raízes na matriz de poder colonial, e que repercute nas políticas de internacionalização.

As políticas de internacionalização nos últimos anos, especificamente no caso brasileiro, foram orientadas por uma ideia de desenvolvimento que privilegia o Norte global, marcadas

¹⁹ Colonialidade é um termo desenvolvido por Aníbal Quijano (2005) em 1989 para designar um padrão de poder que é resultado do colonialismo e consiste em uma categoria analítica fundante para o entendimento aprofundado acerca da internacionalização na América Latina, pois não é possível analisarmos a relação estabelecida entre as universidades latino-americanas e instituições estrangeiras, sem uma compreensão sobre o histórico de dependência colonial dos países da região.

por uma racionalidade científica moderna e capitalista, a qual compreende as camadas ocultas da colonialidade, a exemplo dos Programas CsF, criado no governo Dilma Rousseff (2011-2016) e PrInt, criado no governo Temer (2016-2018), como mostraram Garcia e Gussi (2023) ao analisarem o desenho desses programas.

Para superar essas relações desiguais, desde 2008, a CRES tem proposto, em sua Declaração Final, a integração regional como uma ação estratégica para uma internacionalização não mercantil e baseada na solidariedade (Perrota, 2016). Contudo, no Brasil, somente a partir de 2023, no governo Lula (2023-2027), passou-se a observar uma tendência de formulação de políticas voltadas à cooperação com o Sul global, América-Latina e Caribe, a exemplo do Programa Amefricanos e dos dois programas lançados pelo MEC durante a CRES+5, sendo um em parceria com a Associação de Universidades do Grupo de Montevideu (AUGM), para apoiar projetos conjuntos de pesquisa, e o outro chamado “Move La América”, que visa atrair para o Brasil pesquisadores latino-americanos, ambos sob coordenação da CAPES.

Além disso, outra discussão apontada no eixo 3 foi a fuga de cérebros. No caso brasileiro, na tentativa de reduzir a diáspora científica, o governo Lula (2023-2027) lançou o Programa Conhecimento Brasil, que tem como finalidade repatriar pesquisadores que fizeram pós-graduação no exterior e não retornaram ao Brasil, concedendo-lhe bolsas mensais de R\$ 13 mil para doutores e R\$ 10 mil para mestres, além de recursos em capital e custeio para compra de equipamentos e manutenção do projeto no valor de até R\$ 400 mil ou visitas a centros de excelência no exterior no valor de até R\$ 120 mil (Brasil, 2024).

Para além das discussões da CRES+5, foi possível observar a falta de representatividade de debatedores, coordenadores de eixos temáticos, de conferencistas e pesquisadores oriundos do Norte e do Nordeste do Brasil²⁰, revelando assimetrias entre as próprias regiões brasileiras nas discussões sobre internacionalização. Castro, Maués e Andrade (2023) entendem que essas desigualdades são um reflexo do estágio embrionário do processo de internacionalização das universidades localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, o que atribuíram à política de avaliação induzida pela CAPES no período de 2018 a 2020.

Ademais, a fim de reduzir as desigualdades intra e inter-regionais, faz-se necessária a proposição de políticas que envolvam todas as áreas acadêmicas, uma vez que essas tendem a

²⁰ Da universidade onde trabalho, por exemplo, localizada no Estado do Ceará, somente eu e outra docente, vinculada à área de Humanidades, participamos da CRES+5.

ser restritas às áreas de ciência e tecnologia, como foi o caso do Programa CsF, que estabeleceu áreas prioritárias, excluindo as ciências sociais, humanas e as artes (Brasil, 2013).

Identificamos também a falta de propostas que busquem reduzir as assimetrias de internacionalização dentro dos próprios programas de pós-graduação, uma vez que nos últimos anos os programas eram voltados a cursos com notas no mínimo nota 4 nas avaliações da CAPES, como foi o caso do PrInt (Brasil, 2017), deixando às margens os cursos com nota 3, aumentando, assim, as desigualdades entre os programas.

A partir dessas articulações, compreendemos que pensar um paradigma outro de internacionalização, voltado à integração dos países latino-americanos, passa, antes de tudo, pelo olhar de nossos problemas internos, sendo necessário elaborar políticas que busquem reduzir as assimetrias e desigualdades dentro do nosso próprio país, em nossas instituições de ensino e em nossos programas de graduação e pós-graduação.

Considerações finais

Neste artigo, a partir de uma pesquisa de campo, apresentamos as principais discussões sobre educação superior, políticas públicas e internacionalização das universidades latino-americanas e caribenhas realizadas durante a reunião de acompanhamento da Conferência Regional de Educação Superior, CRES+5, ocorrida em Brasília, de 13 a 15 de março de 2024, buscando identificar elementos que podem contribuir para se pensar políticas de internacionalização para América Latina e Caribe e mais especificamente para o Brasil.

Aparamo-nos no referencial teórico-metodológico da análise de situações sociais, proposta pelo antropólogo sul-africano Max Gluckman (1987), o que possibilitou a análise de discursos e interações em diferentes eventos da Conferência, constituindo-se em uma estratégia metodológica para acessar os tomadores de decisões, aqueles responsáveis por pensar e propor políticas públicas para a educação superior.

Observou-se que a Unesco, o Enlaces e o MEC defendem a educação superior como um direito humano universal e um bem público social e a internacionalização da educação superior como uma ferramenta para a promoção da integração regional, devendo ser fundamentada em laços de solidariedade entre os países.

Contudo, para além dos discursos de integração regional, ressalta-se a necessidade de organismos governamentais, como o MEC, pensarem em políticas voltadas à solução de problemas internos, que busquem reduzir as assimetrias e desigualdades, no tocante à internacionalização, dentro de nossas próprias instituições de ensino superior.

Durante a CRES+5, o tema da internacionalização atravessou toda a Conferência, passando pela mobilidade e interação entre pessoas de cerca de vinte países diferentes; pela questão das línguas, pois havia apresentações em português, espanhol e inglês, as quais contavam com um esquema organizado de tradução; pelos acordos de cooperação entre países, a exemplo do Acordo que foi assinado entre o MEC e Cuba e entre universidades brasileiras e o governo de Cuba (MEC, 2024), e pelos discursos de representantes de estado e palestrantes convidados. Além do lançamento de dois programas voltados à cooperação Sul-Sul, o que se constitui em um gesto de proposição de políticas de internacionalização na contra hegemonia do que vinha sendo implementado nos últimos anos no Brasil.

Ao observar essa mudança de sentidos no âmbito das políticas públicas de internacionalização, sustentadas em laços de solidariedade, como propôs o ministro da educação, questionamos: em que medida os esforços do governo federal de instituir uma internacionalização solidária afetarão, na prática, a cultura de internacionalização das universidades brasileiras? Estão nossas instituições de ensino superior, por meio de seus dirigentes, orientadas, política e epistemologicamente, por uma racionalidade colonial ou decolonial de internacionalização? Que tipo de relações internacionais as universidades têm estabelecido, predatórias ou solidárias?

Diante dessas questões, faz-se necessária uma compreensão mais aprofundada acerca dos desdobramentos que esses discursos e políticas de internacionalização propostas durante a CRES+5 terão nas políticas institucionais de nossas universidades nos próximos anos, o que pode ser objeto de pesquisas futuras.

Referências bibliográficas

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, maio, 2013.

BRASIL. Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. CAPES participa de reuniões preparatórias para a CRES+5. **Capex**, 19 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-participa-de-reunioes-preparatorias-para-a-cres-5> Acesso em 03 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasil e Cuba assinam acordo de cooperação durante CRES+5. **MEC**, 13 de março de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/brasil-e-cuba-assinam-acordo-de-cooperacao-durante-cres-5#:~:text=Nesta%20quarta%20feira%2C%2013%20de,para%20estudantes%20dos%20dois%20pa%C3%ADses>. Acesso em 31 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC e MIR lançam Programa Caminhos Amefricanos. **MEC**, 01 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/mec-e-mir-lancam-programa-caminhos-amefricanos>. Acesso em 06 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Metas. **CNPQ**, 03 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras/apresentacao-1/metas>. Acesso em 06 abr. 2024.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 01, de 09 de janeiro de 2013**. Define os temas e as áreas Prioritárias do CsF. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras/apresentacao-1/MEC_MCTI_temasprioritarios_Csf.pdf Acesso em 07 abr. 2024.

BRASIL. **Portaria CAPES nº 220, de 03 de novembro de 2017**. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=156#anchor> Acesso 07 abr. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Programa Conhecimento Brasil**. Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-budapeste/noticias/programa-conhecimento-brasil>. Acesso em 27 abr. 2024.

CASTRO, A. M. D. A.; MAUÉS, O. C.; ANDRADE, A. C. O cenário da internacionalização em programas de pós-graduação em educação nas regiões Norte e Nordeste (2018-2020). **Revista em Aberto - INEP**, v. 36, p. 117-132, 2023.

CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA AMÉRICA LATINA E CARIBE, CRES+5. El documento final de la CRES+5 defiende una educación superior democrática, inclusiva y gratuita. Disponível em: <https://cres2018mas5.org/2024/03/15/declaracion-cres5-15-de-marzo/> Acesso em 07 abr. 2024.

DOUGLAS, M. **Como as Instituições Pensam**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

FALS BORDA, O. **Ciência propia y colonialismo intelectual**. 2. ed. Bogotá: Editorial Oveja Negra, 1971.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 75 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GARCIA, M. M. de M. S.; GUSSI, A. F. Hegemonias e Disputas da Internacionalização da Universidade sob a Égide do Neoliberalismo: olhares sobre as políticas de internacionalização da educação superior no Brasil (2011 a 2021). In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas (X JOINPP), 2021, Virtual. **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2021.

GARCIA, M. M. de M. S.; GUSSI, A. F. Reflexões acerca do desenho das políticas de internacionalização das universidades brasileiras à luz da colonialidade do saber. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2023, Minas Gerais. *Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas*, volume 5, 2023, 2023. v. 5. p. 1-22.

GUSMÃO, N. M. M. de. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Cadernos CEDES**, v. 18, n. 43, p. 8–25, dez. 1997.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: Feldman-Bianco (ed). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987.

LEAL, F. G. **Bases Epistemológicas dos Discursos Dominantes de Internacionalização da Educação Superior**. 2020. 350p. Tese (doutorado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2020.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública** – 1.ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 232 p.

MBEMBE, A. **Descolonizar la universidad**. Medellín/Colombia: Politécnico Colombiano Jaime Isaza Cadavid/Facultad de Ciencias y Educación/Ennegativo Ediciones, 2023.

Disponível em:

https://www.academia.edu/108986069/Achille_Mbembe_2023_Descolonizar_la_universidad_Trad_Leandro_S%C3%A1nchez_Mar%C3%ADn_Acesso_em_02_abr._2024

NADER, L. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Antropolítica** - Revista Contemporânea de Antropologia, n. 49, 11 ago. 2020.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v.39, n.1, p. 13-37, 1996.

PERROTA, D. **La internacionalización de la Universidad**. Debates globales, acciones regionales. Buenos Aires: IEC CONADU. Universidad Nacional General Sarmiento, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, p. 227–278, 2005.